

Parceria para
Governo
Aberto

Open Government Partnership

**PLANO DE
AÇÃO NACIONAL**

Relatório de Status de Execução do 6º Plano de Ação Brasileiro
Compromisso 1 – Instrumentos para aprimorar transparência e participação
social nas políticas públicas de infraestrutura

Controladoria Geral da União
Brasília, **4º Trimestre** de 2024

Sumário

Apresentação	3
Progresso do Compromisso: andamento dos marcos	4
Situação dos marcos	4
Detalhamento das ações realizadas para os marcos	5
Marcos com alteração de cronograma	7
Entregas para realização do Compromisso	9
Ações e eventos futuros relacionados ao Compromisso	Erro! Indicador não definido.



Apresentação

O **Relatório de Status de Execução - RSE** é etapa fundamental para acompanhamento dos marcos estabelecidos para o alcance dos compromissos pactuados no âmbito do [6º Plano de Ação brasileiro](#).

Este relatório apresenta as informações sobre as ações desenvolvidas no **quarto trimestre de 2024**, prestadas pelo grupo de organizações integrantes do Compromisso 1 – Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura.

A partir da sistematização organizada pelo órgão coordenador do Compromisso – a Controladoria-Geral da União (CGU) – foi possível documentar as atividades realizadas no período, registrar os pontos críticos para a execução, bem como as soluções encontradas pelo grupo para avançar. Além disso, o Relatório possibilita dar transparência às ações empreendidas para a consecução do Plano.

As informações básicas para a elaboração do RSE foram coletas por meio de formulário eletrônico encaminhado aos coordenadores de cada compromisso para registrar o processo de execução dos marcos e aprendizados obtidos. Tal instrumento continha as questões que seguem:

- Período de Execução
- Atual andamento das atividades do marco
- Necessidade de atualização do cronograma previsto
- Necessidade de ajuste e novo prazo para conclusão do marco (a ser avaliado pelo grupo de monitoramento do Plano)
- Motivo de atraso/ajuste do cronograma
- Estimativa de percentual de atividades realizadas até o momento
- Detalhamento de atividades
- Link para compartilhamento de documentos
- Existência de ação planejada pelos órgãos/instituições que tenha correlação com as atividades do Compromisso
- Indique a ação, período de realização e outras informações pertinentes para divulgação
- Indique as entregas realizadas para o Compromisso neste trimestre (produtos, decisões, eventos, etc)
- Caso entenda necessário, por favor, acrescente outras informações sobre a execução do Compromisso



Progresso do Compromisso: andamento dos marcos


O monitoramento do compromisso consiste em acompanhar a execução de cada marco, a fim de conhecer, analisar e dar transparência aos resultados alcançados e aos aprendizados obtidos pelos atores (representantes e organizações) envolvidos no processo.

Neste compromisso – **Instrumentos para aprimorar transparência e participação social nas políticas públicas de infraestrutura** – foram definidos nove marcos com níveis distintos de complexidade e com a participação de diferentes atores. No terceiro trimestre de 2024, destaca-se a realização do **Workshop “Planejamento Estratégico no Setor de Transportes: Caminhos para a Sustentabilidade com Transparência e Participação Social”** no dia 12 de setembro de 2024. O evento foi organizado pela Controladoria Geral da União (CGU), Ministério dos Transportes (MT), GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infra), Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) e Transparência Internacional - Brasil (TI Brasil). O objetivo do evento foi promover o diálogo entre representantes do setor público e da sociedade civil sobre o fortalecimento de instrumentos e processos decisórios no planejamento estratégico no setor de transportes, sob a ótica da sustentabilidade, da transparência e da participação social, considerando suas dimensões socioambiental, econômica e política, com destaque para a região amazônica.

O quadro que segue demonstra a situação do andamento dos marcos, considerando a descrição de cada um deles, a organização responsável pela coordenação das atividades do marco (indicada por um *), as previsões de início e fim da execução, bem como o status ao final do 4º trimestre.

Situação dos marcos



Legenda

 Em andamento

 Concluído

 Atividade não iniciada dentro do prazo previsto

 Atividade prevista para os próximos trimestres

	Marco	Organizações envolvidas	Previsão de Início	Previsão de Fim	Status
1	Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura	CGU*, IEMA*, SG, MMA, GT Infraestrutura, Instituto Socioambiental, SEGES/MGI, IBAMA, SOF/MPO, SEPLAN/MPO	Jan/24	Dez/25	
2	Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente	CGU*, IEMA, MMA, GT Infraestrutura, Instituto Socioambiental, IBAMA	Jan/25	Dez/ 25	



	Marco	Organizações envolvidas	Previsão de Início	Previsão de Fim	Status
3	Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento	SEGES/MGI*, ANTT, CGU, GT Infraestrutura, IBRAOP, Instituto Socioambiental, MME, MT, SEPLAN/MPO, SOF/MPO, TI Brasil	Mar/24	Jun/25	
4	Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado	SEGES/MGI*, CONFEA, IBRAOP, CGU	Jan/25	Jun/27	
5	Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura	SEGES/MGI*, SNPS – SG/PR, TI Brasil, IEMA, GT Infraestrutura, CONFEA, Instituto Socioambiental	Jan/25	Jun/27	
6	Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC	TI Brasil*, CGU, IBRAOP, GT Infraestrutura, Instituto Socioambiental	Jan/24	Dez/24	
7	Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura	CGU*, SNPS – SG/PR, IBRAOP	Mar/24	Jun/27	
8	Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social	SNPS – SG/PR*, CGU, SEGES/MGI, IBRAOP	Mar/24	Jun/27	
9	Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal	TI Brasil*, CGU	Mar/24	Jun/25	

Detalhamento das ações realizadas para os marcos

Neste ponto, apresentamos ações realizadas no período (out-dez/24). São apontadas algumas atividades de caráter operacional e outras mais estratégicas, como articulações e diálogos interinstitucionais, sendo que todas podem ser detalhadas à título de entendimento do processo. O detalhamento das ações também é útil no sentido da identificação de pontos críticos relativos ao desenvolvimento de práticas que venham a contribuir para o alcance dos resultados.

Nesta seção serão tratados apenas os marcos que tiveram ações iniciadas.



Marco 1	Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura
<ul style="list-style-type: none"> • Realizado o workshop “Planejamento Estratégico no Setor de Transportes: Caminhos para a Sustentabilidade com Transparência e Participação Social” no dia 12 de setembro de 2024. Trata-se de uma iniciativa conjunta da Controladoria Geral da União (CGU), do Ministério dos Transportes (MT), do GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infra), do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), do Instituto Socioambiental (ISA), do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) e da Transparência Internacional - Brasil (TI Brasil). • Representantes do Marco 1 entenderam pertinente apresentar discussões à construção de instrumentos de transparência e participação social aplicáveis ao novo Plano Nacional de Logística (PNL) 2050. Foi realizado evento organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Ministério dos Transportes, no dia 05 de novembro de 2024, em Brasília/DF, realizado de forma híbrida, com a participação de representantes do Ministério dos Transportes, do Ministério do Planejamento e Orçamento, do Ministério dos Portos e Aeroportos, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Tribunal de Contas da União; além de representantes da Sociedade Civil, como o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA); Instituto Socioambiental e da Transparência Internacional Brasil. • Em 12 de novembro de 2024, os representantes do Marco 1 enviaram ao Ministério dos Transportes sugestões a serem avaliadas e, se possível, incorporadas ao novo Plano Nacional de Logística (PNL), de modo a subsidiar o aperfeiçoamento da transparência e da participação social no âmbito do citado plano setorial. • Registra-se a perspectiva de execução do Compromisso 1 de forma complementar, em especial nas atividades do Marco 1 e do Marco 2. Nesse sentido, discutiu-se que, para alcançar o objetivo do Marco 1, será necessário realizar um conjunto de atividades, como análise de legislação, estudos de casos e aplicação de questionários, por exemplo, as quais oferecerão insumos para identificação de boas práticas e lacunas (Marco 1) que subsidiarão a proposição de alterações normativas (Marco 2). A expectativa inicial do grupo é iniciar pela análise de um setor econômico (transportes, por exemplo) e, após testar o método e a depender do resultado obtido, avaliar a necessidade de avançar por outros setores. 	
Marco 3	Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento
<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Gestão e de Inovação em Serviços Públicos - MGI conversou com o Instituto Socioambiental para que eles apresentassem o trabalho realizado pela entidade. A partir da conversa, a solicitação de melhoria encaminhada foi colocada no Plano de Trabalho definido junto à CGU para ser incorporada ao Obrasgov. • MGI conversou com a CGU a respeito das recomendações encaminhadas para melhoria do Obrasgov, a partir de acordões do TCU e de auditorias realizadas pela controladoria. Foi definida a necessidade de construção de um Plano de Trabalho com todas as melhorias encaminhadas pelos participantes do Marco, com definição das atividades necessárias para o alcance de cada uma delas e os prazos para a execução dessas atividades. • MGI conversou com o IBRAOP a respeito das constatações observadas pela entidade com relação ao Obrasgov e propostas de melhorias futuras. Ficou estabelecido na reunião que o IBRAOP encaminharia o documento elaborado por eles para análise do MGI e incorporação no PT das propostas. O Plano de Trabalho já está sendo desenvolvido e foram incluídas as propostas de melhoria do DNIT, MME, Transparência Internacional Brasil, Instituto Socioambiental e CGU, com as definições das atividades. • Algumas propostas já foram desenvolvidas ou em fase de finalização: 1) Melhoria de navegabilidade por substituições de modais (DNIT) - Concluída; 2) Filtro do novo PAC Obrasgov – Painel (TI Brasil) - Concluída; 3) Link Falabr no Obrasgov (TI) - Concluída; 4) Mapa de análise por bacias (ISA) - em fase de conclusão; 5) Pesquisar projetos por áreas de restrição (TI Brasil) - em fase de conclusão. O prazo previsto para entrega do Plano de Trabalho para a Controladoria-Geral da União (CGU) é em janeiro de 2025. Na última reunião de monitoramento, a SEGES/MGI indicou que os marcos 4 e 5 serão trabalhados dentro dos Eixos da Estratégia BIM BR. 	
Marco 6	Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado



<ul style="list-style-type: none"> Durante o período, o grupo do marco 6 se debruçou em finalizar o diagnóstico sobre a transparência e participação social do Novo PAC e as respectivas recomendações para o seu fortalecimento. Após reuniões do grupo, chegou-se a uma versão final de nota técnica que contém a análise sobre a situação atual da transparência e participação social do Programa e as ações sugeridas para que uma melhor disponibilização de informações e maior inclusão da sociedade civil sejam realizadas. Por iniciativa da CGU, foi possível apresentar as recomendações em uma reunião com dois Secretários Adjuntos da Secretaria Especial do Novo PAC. A reunião indicou que a Secretaria tem abertura para trabalhar em cima das recomendações. Neste momento, a nota técnica se encontra em diagramação com a CGU, coordenadora do compromisso, para ser enviada formalmente à Casa Civil e divulgada no portal do Compromisso de Governo Aberto. Espera-se que no próximo ano, mesmo com o marco finalizado, no âmbito do Compromisso, ainda sejam feitas reuniões e ações de acompanhamento da implementação das recomendações, com a expectativa de maior interlocução com a Casa Civil. 	
Marco 9	Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal
<ul style="list-style-type: none"> No período, os esforços foram dedicados para a realização do Marco 6, portanto não houve muito progresso no âmbito do Marco 9. A expectativa é que esse diagnóstico seja a prioridade de atuação a partir de janeiro de 2025. Cabe destacar, que a elaboração da Nota Técnica para o Marco 6, especialmente no que tange à análise de legislação sobre transparência de obras de infraestrutura e a compreensão dos atuais sistemas e portais federais que divulgam informações sobre infraestrutura já foram realizadas. Essas análises também subsidiarão o diagnóstico objeto do Marco 9. Espera-se que para a elaboração desse diagnóstico, em 2025, sejam consultados formalmente todos os ministérios envolvidos com a política de infraestrutura, sendo necessário o apoio institucional da CGU para conseguir a melhor interlocução possível. 	

Marcos com alteração de cronograma

Ajustes de prazos de execução dos marcos foram alterados a fim de garantir a boa execução das atividades e maximização do aproveitamento das discussões, articulações e construções coletivas. Os ajustes de cronograma não são incomuns na implementação de planos, afinal, os planejamentos são influenciados pela dinâmica das organizações envolvidas e da política pública na qual se pretende incidir com as ações.

Tendo em vista que os prazos sugeridos foram justificados pelo grupo de execução dos marcos, e não resultavam em prejuízo ao andamento do compromisso, o novo cronograma foi aprovado e pode ser verificado no quadro a seguir.

Importa destacar que a data fixada como **de início** é uma data referencial. As atividades dos marcos podem ser iniciadas antes ou um pouco depois. O grupo executor avalia o tempo razoável para a execução das ações de forma que o cumprimento do marco não seja prejudicado.

	Marcos	Necessidade de atualização de cronograma	Novo cronograma
1	Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura	Alinhar a conclusão do cronograma do Marco 1 e do Marco 2 para dezembro de 2025, considerando que as atividades de ambos complementares. Será necessário realizar um conjunto de atividades, como análise de legislação, estudos de casos e aplicação de questionários, por exemplo, as quais oferecerão insumos para identificação de boas práticas e lacunas (Marco 1) que subsidiarão a proposição de alterações normativas (Marco 2).	Jan/24 à Dez/25
2	Proposição de alterações normativas que indiquem, para cada setor relevante, as	-	Jan/25 a Dez/25







	Marcos	Necessidade de atualização de cronograma	Novo cronograma
	fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente		
4	Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado	Com a publicação do decreto Nº 11.888, de 22 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do <i>Building Information Modelling</i> no Brasil - Estratégia BIM BR e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling - BIM BR, está sendo elaborado um Plano de Trabalho dividido em Eixos com estratégias específicas. O Marco 4 será trabalhado dentro do Eixo A ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA ADOÇÃO DO BIM, criando-se um elo Obras.Gov-BIM.	Jan/25 a Jun/27
5	Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura	As atividades em si do Marco 5 ainda não foram iniciadas porque a Estratégia BIM BR ainda está no começo. Não foram desenhadas estratégias de capacitação e mobilização dentro da Estratégia.	Jan/25 a Jun/27
6	Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC	Diante do início da execução do Compromisso 1, no mês de abril, e a necessidade de alinhamento para início das atividades do Marco, é necessário ajustar o prazo para o final do ano de 2024.	Jan/24 a Dez/24
7	Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura	Enxergando as entregas dos Marcos de forma complementar, a CGU indicou que o Marco 7 pode ser melhor executado a partir de esforço conjunto com o Marco 4 "Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado", juntando tanto a necessidade de devido preenchimento, mas também para a linguagem cidadã. Nesse sentido, sugerimos que o ajuste para início das atividades do Marco em Março de 2025. No próximo mês, a CGU debaterá essa possibilidade com a SEGES/MGI, responsável pelo Marco 4.	Mar/25 a Jun/27
8	Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social	Necessidade de nova sensibilização junto à Secretaria Nacional de Participação Social (SNPS), da Secretaria de Geral da Presidência da República (SG/PR) acerca das atividades do Marco 8 e do Compromisso. Sugerimos a ajuste de início para Março de 2025, a fim de que seja realizada essa interlocução e replanejamento de atividades do marco.	Mar/25 a Jun/27










Entregas para realização do Compromisso

Documentos Marco 1:

-  Contribuições - Marco 1 - Compromi:MAPEAMENTO - RESITecnica_Criterios InfraPropostas de Transpa
-  MARCO 1 -
-  Nota
-  PNL 2050 -

Documentos Marco 9:

-  QUESTIONÁRIO MARCO 9.docx
-  MARCO 6 - LEVANTAMENTO RECcomentado - Copia.d
-  Proposta_sumário
-  [2024-05-22] 1a reunião.pptx
-  MARCO 6 - LEVANTAMENTO REC9-n06-Abril-2024-v5.p
-  Nota-Tecnica-OBR-31
-  Proposta_sumário comentado.docx

